



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
Coordenadoria de Controle Externo  
Auditoria de Natureza Operacional - ANOP

**Resumo de Auditoria - 05**

**Avaliação do Programa**  
**Travessia**  
(Prefeitura da Cidade do Recife)

Conselheiro Relator  
Ruy Ricardo Weyer Harten Júnior  
(em exercício)

Pernambuco/ Recife, 2006



## **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**

### **Conselheiros**

Carlos Porto de Barros  
Fernando José de Melo Correia  
Luis Romeu Cavalcanti da Fonte  
Maria Teresa Caminha Duere  
Ruy Ricardo Weyer Harten Júnior(em exercício)  
Severino Otávio Raposo Monteiro  
Valdecir Fernandes Pascoal

### **Auditores**

Adriano Cisneiros da Silva  
Alda Magalhães de Carvalho  
Carlos Barbosa Pimentel  
Carlos Maurício Cabral Figueiredo  
Luis Arcoverde Cavalcanti Filho  
Marcos Antônio Rios da Nóbrega  
Marcos Flávio Tenório de Almeida  
Ricardo José Rios Pereira  
Ruy Ricardo Weyer Harten Júnior

## **RESPONSABILIDADE EDITORIAL**

### **Coordenador de Controle Externo**

Jackson Francisco de Oliveira

### **Gerente do grupo de trabalho para implantação e**

**desenvolvimento da Auditoria de Natureza Operacional - ANOP**

Lídia Maria Lopes Pereira da Silva

## **EQUIPE DE AUDITORIA**

Emerson Souza de Carvalho

Francisco Alves Soares

Juliana Montenegro de Oliveira Matos

Noemi Caldas Bahia Falcão (coordenadora)

Renata Vilaça de Queiroz Valença (PCR)

## **ELABORAÇÃO DO RESUMO**

Noemi Caldas Bahia Falcão

Magali B. Vale de Siqueira Campos Araújo

---

## **ENDEREÇO PARA CONTATO**

### **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Grupo de Trabalho para Implantação e o Desenvolvimento da Auditoria de Natureza Operacional – ANOP

Rua da Aurora n° 885 – Boa Vista – Recife – PE – Brasil – CEP: 50050-910

Fone: 81 – 3413-7872 / 7757 / 7903 / 7904 / 7600

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	07
<b>O Programa Travessia</b> .....	09
O que foi avaliado pelo TCE-PE .....	12
Porque foi avaliado .....	13
Como se desenvolveu o trabalho .....	13
Recursos despendidos com o Programa .....	14
<b>O que o TCE-PE encontrou</b> .....	15
Alimentação fornecida no Recicriar (Espaço de atração) .....	15
Disponibilização de vestuário .....	16
Estrutura física .....	16
Manutenção dos equipamentos .....	17
Disponibilização de Transporte .....	19
Número de Educadores Sociais de Rua .....	20
Material de apoio pedagógico .....	20
Proposta pedagógica .....	21
Capacidade dos equipamentos de atração e de acolhida temporária.....	22
Ações para a reintegração das crianças e adolescentes às famílias e à Sociedade.....	23
Monitoramento das crianças e adolescentes reintegrados às famílias.....	24
Crianças e adolescentes oriundas de outros municípios.....	24
Articulação do Programa Travessia com as Secretarias da Prefeitura da Cidade do Recife e com o Governo do Estado.....	25

Divulgação das ações do Programa .....	25
Formalização do programa .....	26
Comunicação dos Educadores Sociais de Rrua.....	26
Unidades não visitadas .....	27
Boas práticas .....	27
<b>O que pode ser feito para melhorar o desempenho do Programa .....</b>	<b>28</b>
<b>Benefícios da implementação das recomendações do TCE-PE .....</b>	<b>30</b>
<b>Decisão TC nº 1394/06 .....</b>	<b>31</b>

## APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco definiu, em seu planejamento estratégico para 2004 a 2008, a visão de ser reconhecido por sua atuação eficiente, eficaz e efetiva no controle e aperfeiçoamento da gestão pública.

Um dos caminhos para esse reconhecimento é o trabalho que promove a melhoria dos resultados das ações governamentais, através da realização de auditorias operacionais.

As Auditorias de Natureza Operacional – ANOPs buscam envolver os gestores das ações governamentais, beneficiários, pessoas especializadas nos temas, conselhos, representantes da sociedade civil organizada, dentre outros atores, para identificar se as ações estão sendo realizadas com economicidade, se as metas estão sendo cumpridas, se a forma de realização é eficiente e se estão contribuindo para o atendimento das necessidades da sociedade, notadamente de sua parcela mais carente. Após a realização das auditorias operacionais, o Tribunal acompanha as melhorias implementadas, por meio dos monitoramentos.

O desenvolvimento da metodologia de trabalho teve origem no Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2003 com o Tribunal de Contas da União – TCU e com o Ministério para Desenvolvimento Internacional – DFID, do Reino Unido.

Outro aspecto do trabalho é a contribuição para o fortalecimento do controle social pela divulgação dos resultados dos trabalhos através dos resumos das auditorias operacionais, a exemplo deste, para órgãos governamentais, parlamentares, sociedade civil organizada e público em geral.

Esta publicação apresenta as principais informações sobre a ANOP realizada pelo Tribunal no Programa TRAVESSIA, gerido pelo Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC, autarquia municipal ligada à Secretaria da Política de Assistência Social - SAS da Prefeitura da Cidade do Recife.

**Romeu da Fonte**  
Conselheiro Presidente



## O Programa Travessia

O Travessia é um Programa da Prefeitura da Cidade do Recife destinado à acolhida e atenção integral de famílias, crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de rua, risco e vulnerabilidade na cidade do Recife. Tem como objetivo a inclusão social e a superação das desigualdades e iniquidades encontradas, possibilitando o resgate dos direitos, da autoestima e dos projetos de vida dessas pessoas, bem como a convivência familiar e comunitária. A gestão do Programa se encontra sob a responsabilidade do Instituto de Assistência Social – IASC, autarquia subordinada à Secretaria da Política de Assistência Social.

O Programa Travessia é estruturado em cima de quatro ações básicas:

a) Estruturação da rede de acolhida e atenção integral à criança, adolescentes e adultos em situação de rua, risco e vulnerabilidade, que implica a reestruturação dos abrigos sob gestão do IASC, incorporação de equipamentos de acolhida já existentes e a construção de novos equipamentos;

b) Ação educativa de rua, diálogo com a sociedade acerca da problemática que envolve as pessoas em situação de rua e da importância da participação desta no enfrentamento do problema;

c) Articulação com a rede complementar para potencializar a capacidade de acolhida e atenção integral;

d) Priorização da fixação na comunidade de origem. O eixo dessa ação é a geração de trabalho e renda; a inclusão digital; a segurança alimentar e nutricional. As comunidades das áreas onde se originam os maiores fluxos de pessoas para as ruas serão priorizadas.

A concepção lógica do TRAVESSIA está estruturada em duas linhas de assistência (conforme figura 1) que interagem para proporcionar a melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes em situação de rua, risco e vulnerabilidade através de uma rede de acolhida e atenção integral organizada de forma descentralizada e hierarquizada, conforme a natureza e o grau de atenção prestada aos usuários:

- Serviços e equipamentos de média complexidade;
- Serviços e equipamentos de alta complexidade

**Figura 1** – Estrutura do IASC – Diretorias de alta e média complexidade.



Os serviços e equipamentos de *média complexidade* estão concentrados nas ações iniciais dos Educadores Sociais de Rua – ESR, cujo trabalho é voltado para a viabilização de alternativas para a saída das pessoas das ruas, dando suporte à travessia **rua-espaço protegido**. É também um serviço a partir do qual vários fluxos serão estabelecidos na rede de acolhida. O serviço conta com 19 (dezenove) equipes que, através de roteiros definidos, atuam nas Regiões Político-Administrativas do Recife – RPAs. A metodologia proposta integra ações de abordagem, articulação e encaminhamento do público alvo aos espaços de atração ou de acolhida temporária, conforme figura 2.

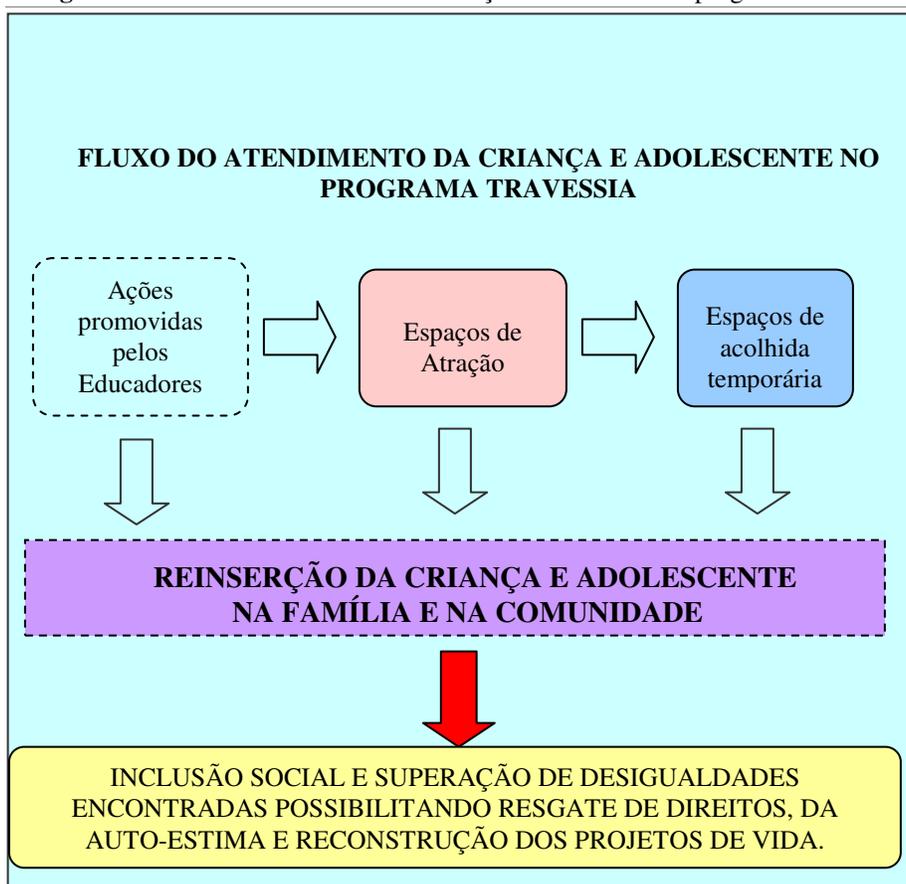
O programa Travessia conta com 2 (dois) espaços de atração, o Recicriar e o Recifazer. O primeiro acolhe até 30 crianças e adolescentes de rua que chegam a casa para passar o dia e funciona das 8h da manhã às 18h. O Recifazer, com o dobro da capacidade, recebe este mesmo público alvo no horário das 19h às 7h do dia seguinte. Ambos os espaços desenvolvem atividades recreativas e pedagógicas e fornecem alimentação e o equipamento noturno acolhe para a dormida, também. Visam ao acompanhamento dos beneficiários e o retorno às famílias e às comunidades de origem.

Ainda na média complexidade, existem 4 (quatro) espaços de fixação que atendem a crianças e adolescentes de comunidades de risco. Essas

crianças estão matriculadas em escolas locais e freqüentam o espaço no outro turno. Nesses equipamentos há atividades pedagógicas e reforço escolar.

O Plantão Social é outro serviço da média complexidade voltado para atender às demandas emergenciais da população da cidade do Recife em situação de rua e risco social, vítimas de intercorrências pessoais e de calamidades, possibilitando ao público atendido o resgate de direitos, da auto-estima e a reconstrução dos projetos de vida. Funciona durante o dia , no final de semana e a noite, no sistema de sobreaviso, e de 24h em caso de calamidade.

**Figura 2** – Fluxo do atendimento da criança e adolescente no programa



Os serviços e equipamentos de *alta complexidade* englobam os espaços de acolhida temporária, que atendem a crianças e adolescentes em situação de rua, risco e vulnerabilidade; visando o acompanhamento dos beneficiários e o retorno às famílias e reinserção comunitária. São eles: Novos Rumos, Baque Solto, Roda Vida, Andaluz, Raio de Luz e Casa da Estância. Cada um desses espaços atende a um perfil definido conforme quadro a seguir:

**Quadro 1** - Equipamentos de alta complexidade.

Unidade	Gênero	Idade	Nº.vagas	Perfil
Novos Rumos	Masculino	12 a 18 anos	20	Drogas e rua
Baque Solto	Masculino	12 a 18 anos	20	Violência doméstica
Roda Vida	Masculino	7 a 12 anos	20	Violência doméstica
Andaluz	Feminino	7 a 18 anos	8	Mães adolescentes com ou sem problemas de drogas
Raio de Luz	Feminino	7 a 18 anos	20	Drogas e rua
Casa da Estância	Feminino	7 a 18 anos	20	Violência doméstica

A visita nas casas de acolhida se restringiu àquelas que tratavam de beneficiários com perfil de drogas e rua, quais sejam: Novos Rumos, Andaluz e Raio de Luz.

---

### O que foi avaliado pelo TCE-PE

Os trabalhos de auditoria foram direcionados para crianças e adolescentes em situação de rua, risco e vulnerabilidade na cidade do Recife, não sendo abordada, entretanto, a atuação específica do programa relacionada a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, nem tampouco a relacionada a adultos e idosos na mesma situação.

Durante a fase de planejamento da auditoria foram constatados problemas de ordem operacional e estrutural, bem como na promoção de ações intersetoriais, que estão comprometendo o alcance dos resultados esperados do programa. Para verificação dos problemas citados a auditoria

subdividiu sua análise em três questões de auditoria para avaliação do Programa. A primeira questão disse respeito à análise da estrutura disponibilizada, se é compatível com os objetivos a serem atingidos. A segunda questão se concentrou na análise das ações desenvolvidas pelo Programa, tais como *sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento*, verificando se essas ações têm contribuído para a superação da situação de rua e risco de crianças e adolescentes. E a terceira questão sob análise verificou se a Prefeitura do Recife tem se articulado com outras entidades e órgãos, contribuindo para diminuir a situação de rua e risco das crianças e adolescentes de rua na cidade.

---

### Porque foi avaliado

A escolha do Programa TRAVESSIA para realização de uma Auditoria de Natureza Operacional – ANOP levou em conta seu caráter e relevância social, estando focado na inclusão social e superação de desigualdades e iniquidades encontradas, possibilitando o resgate dos direitos, da auto-estima e dos projetos de vida, bem como a convivência familiar e comunitária das pessoas abrangidas por ele, além de possibilitar uma avaliação da Política Municipal de Assistência Social voltada para esse segmento da sociedade, no município. Essa política tem como referência a Constituição Federal – 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS 1993, a Política Nacional de Assistência Social – 2004 e a Norma Operacional Básica – NOB 2005, na perspectiva da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A NOB prevê a habilitação dos municípios em gestão inicial, básica ou plena. O município do Recife se habilitou em Gestão Plena em 2005, por cumprir com os requisitos previstos, assumindo a gestão das ações de assistência social na cidade.

---

### Como se desenvolveu o trabalho

O trabalho se desenvolveu por meio do levantamento de informações obtidas em visitas exploratórias e de estudo; em pesquisas via *internet* e documentais e das principais fontes de informação que foram entrevistas e questionários aplicados e realização de grupos focais.

Na fase de planejamento foram realizadas visitas no equipamento de atração Recicriar, no equipamento de fixação Espaço Travessia Bairro do Recife e na casa de acolhida temporária Novos Rumos.

Nas visitas de estudo foram realizadas entrevistas com o Presidente, os diretores de média e alta complexidade e a coordenadora pedagógica do IASC (entidade responsável pelo Programa); foram disponibilizados questionários para gerentes, assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais dos equipamentos Recicriar (Espaço de Atração Diurno), Recifazer (Espaço de Atração Noturno), Novos Rumos e Raio de Luz e foram também realizados grupos focais com os beneficiários nos equipamentos Novos Rumos e Raio de Luz e na ONG Comunidade Pequenos Profetas. Na ONG Comunidade Pequenos Profetas foram envolvidos beneficiários e não beneficiários, buscando a percepção deles a respeito do Programa. Foram ainda entrevistados alguns especialistas no tema, como técnicos da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ e do Programa Estação Futuro do Governo do Estado de Pernambuco.

---

## Recursos despendidos com o Programa

O Programa Travessia não consta como um programa autônomo na Lei Orçamentária Anual de 2006. Diversas de suas ações aparecem de forma pulverizada em 03 (três) programas com ações a cargo do IASC, da Secretaria da Política de Ação Social, do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Transcrevemos a seguir os Programas referentes ao IASC, com os respectivos valores previstos na LOA/2006 (Lei Orçamentária Anual), que têm ações do TRAVESSIA e valores alocados para essas ações.

### Quadro 2 – Recursos previstos na LOA 2006 para ações do TRAVESSIA

Programa 1204 – Implementação do Sistema Único de Assistência Social na Cidade do Recife: **R\$ 15.790.123,00**

**Valor alocado para o Travessia: R\$ 5.800.015,00**, sendo:

112 – Desenvolvimento de Ações de Proteção Social Especial de Média

Complexidade: **R\$ 3.241.993,00**

116 – Desenvolvimento de Ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

**R\$ 2.558.022,00**

Programa 1223 – Assistência Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social:  
**R\$ 147.200,00**

**Valor alocado para o Travessia:**

114 – Gerenciamento de Eventos e Empreendimentos para geração de receitas beneficentes: **R\$ 147.200,00**

Programa 1225 - “Cidade Amiga da Criança”: **R\$ 9.943.169,00**

**Valor alocado para o Travessia:**

037 – Consolidação do Programa Travessia: **R\$ 1.558.629,00**

De acordo com o demonstrado no quadro, o montante de recursos alocados para o Programa TRAVESSIA foi de **R\$ 7.505.844,00**.

## O que o TCE-PE encontrou

---

### Alimentação fornecida no RECICRIAR

Os questionários aplicados com funcionários e os grupos focais realizados com os beneficiários demonstraram que, em geral, a alimentação fornecida é considerada satisfatória, na maioria dos equipamentos. Entretanto, a pesquisa também revelou que a alimentação fornecida no Recicriar é insatisfatória tanto no que se refere ao sabor, quanto à variedade do cardápio, que não contempla frutas, verduras e legumes, não seguindo, portanto, o mesmo padrão de qualidade dos demais equipamentos visitados pela equipe de auditoria. Também foi constatado que o almoço não é servido na temperatura ideal.

Nos grupos focais realizados com os beneficiários das casas de acolhida temporária (Novos Rumos e Raio de Luz) e não beneficiários (crianças e adolescentes em situação de rua e risco que estavam na ONG Comunidade dos Pequenos Profetas) a inadequação da alimentação fornecida pelo Recicriar foi confirmada por crianças e adolescentes que já tinham frequentado o Recicriar e que declararam que a comida era “ruim”.

Essa deficiência contribui para a evasão das crianças e adolescentes do equipamento, já que uma boa alimentação poderia ser um estímulo para os beneficiários permanecerem no programa.

---

## Disponibilização de vestuário

O programa não disponibiliza vestuário aos beneficiários, sendo tal necessidade parcialmente suprida através de doações. Entretanto, os funcionários, através dos questionários, e os beneficiários, através dos grupos focais, relataram que as doações são insuficientes.

Além de ter um efeito negativo sobre a auto-estima dos beneficiários, quando freqüentam a escola ou cursos profissionalizantes, há a necessidade de calçados apropriados e peças de vestuário para passeios externos.

A grande rotatividade de beneficiários nos equipamentos e a não-realização de campanhas sistemáticas de doação são fatores que dificultam a disponibilização de vestuário pelo programa.

---

## Estrutura física

A estrutura física de alguns equipamentos é inadequada para a realização de atividades recreativas e pedagógicas. Isso foi constatado nas declarações dos funcionários dos equipamentos, através dos questionários, dos beneficiários, nos grupos focais, e na observação direta da equipe de auditoria durante as visitas aos equipamentos.

Observou-se que existem equipamentos onde há carência de espaços abertos para atividades recreativas e pedagógicas, especialmente importantes para os beneficiários oriundos das ruas e, por isso mesmo, acostumados a espaços amplos.

No Recicriar, que é um equipamento de atração, e, assim, a porta de entrada para os meninos de rua, constatou-se que a casa é grande, mas dividida em cômodos muito pequenos, e sem espaços amplos suficientes para atividades recreativas.

Em outros equipamentos, como Novos Rumos, Raio de Luz e Andaluz, não há salas privativas para atendimentos pelo psicólogo e pelo assistente social. Desta forma, a falta de privacidade muitas vezes inibe os beneficiários, prejudicando os atendimentos individuais e a assistência sócio-psicológica a estas crianças e adolescentes.

---

## Manutenção dos equipamentos

A manutenção dos espaços de atração e acolhida em relação à estrutura física, mobiliário, equipamentos eletro-eletrônicos e materiais de cozinha, não ocorre de maneira célere e satisfatória, acarretando várias dificuldades operacionais, impedindo a realização de algumas atividades e contribuindo para a evasão.

Essa situação foi relatada por alguns funcionários dos equipamentos, os quais responderam aos questionários, e pelo gerente e assessores da média complexidade, através de entrevistas. Além disso, durante as visitas exploratórias e de estudo foram detectados problemas de goteiras, TVs e máquinas de lavar roupas quebradas, camas e colchões não repostos, banheiros quebrados e algumas áreas dos equipamentos sem condições de uso, conforme figura 3 e 4.

**Figura 3** – Pia sem condição de uso no Recicliar. **Figura 4** – Parede mofada no Andaluz.



Fonte: Equipe de auditoria



Fonte: Equipe de auditoria

Todos os pedidos de manutenção, envolvendo consertos ou reposições, são encaminhados para o IASC e o retorno dessas solicitações costuma ser bastante demorado, o que indica a inexistência de um processo organizado para a manutenção das casas.

Também contribui para as más condições dos equipamentos de atração e de acolhida, a depredação realizada pelos próprios beneficiários

(ver figura 5). Nesse sentido, houve relatos de que em algumas casas os beneficiários furtaram calhas de escoamento da chuva, incendiaram camas e quebraram eletrodomésticos.

Conforme informações fornecidas por especialistas da área, esse tipo de comportamento por parte dos beneficiários demonstra a não integração destes aos equipamentos do Programa Travessia e a não compreensão de que se tratam de ambientes de acolhida e segurança que devem ser respeitados e preservados. A existência de um “ritual de entrada” nos equipamentos com a explicação do porquê preservá-los, bem como a exposição de que a depredação se reverte em um mal para os próprios beneficiários, tem um efeito pedagógico importante, e o não respeito a essas regras passa a ser reprovada pelos próprios colegas.

**Figura 5** – Banco quebrado no pátio do Recicriar.



Fonte: Equipe de auditoria

A inadequação das condições dos equipamentos – com as deficiências na estrutura física, a falta de eletrodomésticos e de móveis – limita ainda mais os atrativos para a permanência nas casas, dificultando a realização de algumas atividades, como a exposição de filmes e os trabalhos com música, desmotivando os funcionários e contribuindo para a evasão dos beneficiários, conforme relatos colhidos na pesquisa sobre o descontentamento dos beneficiários com a ociosidade existente nos equipamentos.

---

## Disponibilização de transporte

A disponibilização de transporte não atende às necessidades dos equipamentos e dos Educadores Sociais de Rua – ESR, restringindo a realização de atividades externas, como visitas aos familiares, e dificultando o atendimento dos beneficiários e os trabalhos relacionados com a coordenação pedagógica junto aos equipamentos.

São muitas as atividades que necessitam de transporte e sua falta tem prejudicado – e em algumas situações impedido – a realização de trabalhos indispensáveis para a efetividade do programa, como por exemplo, os trabalhos de sensibilização das famílias e de monitoramento das crianças e adolescentes que foram reintegrados.

A insuficiência do transporte oferecido pelo programa foi a dificuldade mais citada durante as visitas exploratórias aos equipamentos e confirmada nas entrevistas realizadas com funcionários do IASC, de equipamentos de atração e de casa de acolhida temporária, onde 91,67% dos entrevistados responderam que o transporte não atende ou atende mais ou menos às necessidades do programa. Durante a realização do grupo focal com os Educadores Sociais de Rua a problemática do transporte também foi bastante ressaltada.

Os ESRs não são responsáveis apenas pelo encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de rua aos equipamentos do Travessia. Quando há a possibilidade de retorno imediato à família, os ESRs precisam ir às casas das famílias das crianças e adolescentes, fazendo um trabalho individual de convencimento. Também há situações em que as crianças e adolescentes, por estarem ameaçadas de morte, não podem ficar nos equipamentos do Travessia e os ESRs precisam levá-los para casa mantidas por outras instituições.

Houve relatos de casos em que após semanas de sensibilização, quando finalmente há o convencimento do morador de rua para ser transferido a um dos equipamentos, não há transporte para levá-lo e aquele beneficiário é “perdido”.

Essa inconstância na disponibilização de veículos compromete a realização das atividades com as crianças e adolescentes bem como as visitas às suas famílias. Destaque-se que, quando há falta do veículo, não tem havido

reposição dos dias sem transporte, ocasionando o acúmulo de atividades externas a serem realizadas.

Observa-se ainda, que todas as casas visitadas estavam com ocupação abaixo de sua capacidade, o que indica que se o Travessia estivesse atuando em sua capacidade máxima a deficiência de transporte seria um problema ainda mais grave.

---

### Número de Educadores Sociais de Rua

Verificou-se que há um número insuficiente de ESR para identificar e atrair a população alvo do programa, seja para reinseri-los nas famílias ou comunidade, seja para encaminhá-los aos espaços de atração ou acolhida, comprometendo o atingimento das metas do programa.

A criação do programa tem como idéia central a sua capacidade de permitir que o público alvo faça a “Travessia”, ou seja, a passagem de um ambiente inadequado para um ambiente seguro, com oportunidades para o resgate da cidadania. Sendo assim, o número de agentes envolvidos com esse primeiro passo é um recurso importante para a efetividade do programa.

O número de pessoas em situação de rua, a dificuldade na abordagem e no convencimento do público alvo e o caráter “personalíssimo” da intervenção – caso a caso, com encaminhamentos distintos – afasta a idéia de um trabalho “por produção” sendo, ao contrário, um trabalho feito de conquistas diárias e nem sempre mensuráveis. Como consequência – de acordo com os depoimentos dos entrevistados e com a observação de que os equipamentos estão subocupados – constata-se que o Travessia não está conseguindo resgatar um quantitativo expressivo do seu público alvo.

---

### Material de apoio pedagógico

Verificou-se que a disponibilização do material de apoio pedagógico é insuficiente e sem regularidade, dificultando o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

De acordo com os funcionários questionados, a disponibilização de material pedagógico não ocorre de forma ordenada e de acordo com as necessidades de cada casa. Por essa razão, as atividades pedagógicas ocorrem sem muito planejamento pois estas dependem do tipo de material disponível.

Existem algumas atividades como os trabalhos de artesanato com papel no “Novos Rumos” e com bijuterias no “Raio de Luz”, mas estas são pontuais, não estando inseridas em uma programação com atividade diversificadas e diárias previstas em um planejamento, ver figura 6.

A falta de atividades regulares deixa os adolescentes desmotivados e irritados, favorecendo a evasão dos equipamentos, além de deixar os funcionários desmotivados.

A ausência de material de apoio pedagógico evidencia que o programa não está disponibilizando recursos que permitam trabalhos de resgate da auto-estima e do desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

**Figura 6** – Artesanato produzido por beneficiários do Novos Rumos.



Fonte: Equipe de auditoria

---

## Proposta pedagógica

Foi evidenciada a inexistência no programa de uma proposta pedagógica estruturada para os diferentes perfis que este atende e a insuficiência de atividades nos equipamentos. O IASC não forneceu nenhuma documentação comprobatória da existência dessa proposta e informou que “(...) a proposta pedagógica está sendo reestruturada”.

Também foi identificado que não existe integração entre o trabalho pedagógico e o trabalho realizado com psicólogos e assistentes sociais, ou seja, não existe um planejamento psicopedagógico para os beneficiários com atividades que não apenas os entretêm, mas sejam instrumentos que

desenvolvam a auto-estima e promovam o resgate da cidadania e dos “sonhos” das crianças e adolescentes.

A causa apontada para essas lacunas é a não priorização, pelo Programa Travessia, do aspecto psicopedagógico a ser trabalhado com os beneficiários. A designação de apenas 01(um) profissional para planejar e coordenar esses trabalhos em todos os equipamentos de atração, de fixação e casas de acolhida temporária do Programa Travessia demonstra essa opção.

A inexistência de tal proposta resulta na falta de atratividade dos equipamentos para as crianças e adolescentes neles ingressarem e ali permanecerem, o que é evidenciado pelo alto índice de evasão e pela subocupação de todos os equipamentos visitados.

A inexistência de uma estrutura psicopedagógica vai de encontro a razão de ser do Travessia, que não se propôs a oferecer apenas acolhida a essas crianças e adolescentes, mas se dispôs a romper com a antiga visão de “abrigos”, a ser uma nova visão de assistência social e a oferecer alternativas para o resgate da auto-estima e da cidadania dos beneficiários, para que estes façam a “travessia” para uma vida mais digna. Sendo assim, a situação tratada neste item tem implicação direta na efetividade do programa.

---

### Capacidade dos equipamentos de atração e de acolhida temporária

A quantidade de crianças e adolescentes atendidos nos equipamentos de atração ou acolhida temporária é inferior à capacidade máxima prevista para os equipamentos. Isso foi constatado através das entrevistas com gerentes, dos questionários aplicados aos funcionários dos equipamentos e das observações diretas da equipe de auditoria durante as visitas realizadas.

O que contribui para a subocupação dos equipamentos é a pouca atratividade destes para o público alvo e as condições insuficientes de trabalho para os ESRs sensibilizarem as crianças e adolescentes a frequentarem os equipamentos.

Os equipamentos não possuem espaços adequados para a realização de atividades recreativas e pedagógicas, nem estas ocorrem com o planejamento e a frequência adequada. Além disso, a dificuldade para a inclusão dos jovens em cursos profissionalizantes também contribui para a pouca atratividade dos equipamentos.

Em relação aos Educadores Sociais de Rua, as suas condições restritas de trabalho – como falta de transporte e número reduzido de ESR nas

RPA's, como já mencionado anteriormente, também prejudicam o trabalho de sensibilização realizado com as crianças e adolescentes de rua, limitando o número de abordagens.

Como consequência, evidencia-se a utilização ineficiente dos recursos, já que os custos fixos – cujos expoentes são as despesas com pessoal e com aluguel das casas – correspondem a percentual significativo dos custos totais desses equipamentos. É importante reverter essa situação, com a utilização eficiente desses espaços.

---

### Ações para a reintegração das crianças e adolescentes às famílias e à sociedade

Através das entrevistas com os diretores, dos questionários aplicados aos gerentes e funcionários, bem como das consultas aos registros dos equipamentos, ficaram evidenciados os seguintes aspectos:

- O programa não dispõe de estrutura suficiente de transporte e de pessoal para visitar sistematicamente as famílias dos beneficiários;
- Há dificuldade para inserção dos beneficiários em cursos profissionalizantes que atendam o seu perfil;
- O apoio psicológico, realizado pelos psicólogos e assistentes sociais, tanto para os beneficiários como para as suas famílias é insuficiente.

As insuficiências e dificuldades existentes contribuem para dificultar a reintegração dos beneficiários na família ou sociedade, levam a falta de perspectiva dos mesmos quanto ao seu futuro, bem como facilitam o retorno à situação de rua daquelas crianças e adolescentes reinseridas na família ou sociedade, por falta de assistência familiar ou da não inserção do beneficiário em atividades produtivas.

---

## Monitoramento das crianças e adolescentes reintegrados às famílias

Foi constatado que o monitoramento das crianças e adolescentes que foram reintegrados às famílias não é feito de forma sistemática, muitas vezes não havendo nenhuma visita à criança e adolescente reintegrado.

Como estes problemas também comprometem a fase de sensibilização e atendimento das famílias para o retorno das crianças e adolescentes, verificou-se que o monitoramento não é uma etapa priorizada pelo programa com base no pressuposto de que essas crianças já estariam reintegradas definitivamente. Essa interpretação é reforçada na falta de definição pelo programa quanto ao quantitativo e a frequência de contatos com as famílias após a reintegração, ficando a critério de cada equipamento.

Isto ocasiona a ausência de informação para avaliar a efetividade da reintegração da criança e adolescente à sua família, e também, a não-identificação de possíveis dificuldades encontradas pela criança e adolescente neste processo, impossibilitando a adoção de medidas que evitem o retorno à situação de rua.

---

## Crianças e adolescentes oriundas de outros municípios

De acordo com declarações do gestor do programa, bem como dos gerentes, em entrevistas realizadas, existem crianças e adolescentes de rua na cidade do Recife que são oriundas de outros municípios.

Esse fato sinaliza que há uma insuficiência de programas destinados a atender à população de rua em municípios vizinhos, bem como uma pouca articulação do Recife com estes para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Com isso, há um aumento do público alvo e também das dificuldades para o desenvolvimento das atividades de sensibilização e monitoramento das famílias desses beneficiários oriundo de outros municípios, por conta da distância.

---

## Articulação do Programa Travessia com as Secretarias da Prefeitura da Cidade do Recife e com o Governo do Estado

O programa tem encontrado dificuldades para a viabilização de alguns serviços como: emissão de documentos, consultas médicas para as crianças e adolescentes, consultas para os familiares dos beneficiários, para que esses possam dar suporte a seus filhos e vagas nos programas de capacitação. Esses serviços dependem de articulação com outras entidades para serem realizados.

Em geral, esses atendimentos, quando ocorrem, são viabilizados através de relacionamentos pessoais entre os funcionários do Travessia e das demais entidades e não como fruto de relações institucionais entre os entes públicos que pactuem essas cooperações.

Com relação aos serviços prestados no âmbito estadual, essas dificuldades podem decorrer do fato de as ações de assistência social da PCR e do Governo do Estado, voltadas para o Recife, não fazerem parte de um planejamento conjunto.

Por outro lado, as dificuldades na prestação de serviços pelo próprio município indicam um baixo grau de institucionalização do programa, fazendo com que as outras secretarias não se envolvam de forma sistemática na promoção dos seus objetivos.

A articulação insuficiente tem efeito direto no processo de reintegração às famílias, pois há dificuldades no encaminhamento de crianças e adolescentes e de seus familiares de forma sistemática para atendimentos de psiquiatria, tratamento de dependência de drogas e álcool.

---

## Divulgação das ações do Programa

A falta de priorização da questão da divulgação faz com que o programa conte com pouca colaboração da sociedade principalmente no que se refere à realização de doações de forma a ajudar quem realmente necessita e desestimular a mendicância.

Foi identificado que muitas pessoas que fazem doações desconhecem tanto o efeito que essa prática trás como outras formas de realizarem essas doações, inclusive diretamente ao Programa Travessia. Esse entendimento foi

ratificado pelos especialistas da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ que colaboraram com esta auditoria.

O fato da população efetuar doações em vias públicas estimula a existência da população de rua.

---

### Formalização do programa

Na Lei Orçamentária de 2005 o Programa Travessia constava como programa “guarda chuva” englobando várias ações de forma lógica. Em 2006, o programa Travessia não fez parte da lei orçamentária e foi diluído em outros programas e ações, dificultando uma visão precisa de sua extensão. Também não existe nenhum outro instrumento que formalize a criação do Travessia.

Apesar de inexistir formalmente, o Travessia é visto por gestores e funcionários do IASC como a razão de ser do Instituto e do direcionador de suas ações. Entretanto, apesar desse reconhecimento de fato, é imprescindível a elaboração de instrumentos que formalizem sua criação e definam os seus objetivos e metas de forma incontestes.

À época da criação do programa, foi elaborado um documento que se constituía em um planejamento inicial das ações que seriam implementadas. Entretanto, esse documento encontra-se bastante desatualizado já que muitas de suas propostas foram abandonadas com a implementação do programa. Ocorre que, passados 4 (quatro) anos, não houve o redirecionamento do programa, nem tampouco a definição pormenorizada do seu objeto, e dos objetivos e metas perseguidos.

---

### Comunicação dos Educadores Sociais de Rua

Os Educadores Sociais de Rua enfrentam uma constante dificuldade de comunicação. Esses profissionais trabalham nas ruas e precisam, com certa frequência, entrar em contato com o IASC para a realização de alguns encaminhamentos ou para requisitarem veículos. Existe também o fator segurança já que estes profissionais trabalham nas ruas e estão expostos. Essa comunicação acaba sendo feita do telefone pessoal ou pela troca de vales transporte por cartões telefônicos.

---

## Unidades não visitadas

Durante a aplicação de entrevistas, questionários e grupos focais, houve relatos sobre as outras unidades não visitadas tanto no que se refere à estrutura física, mas especialmente, com relação à insuficiência das atividades psicopedagógicas e das ações para reintegrações desses beneficiários.

---

## Boas práticas

Foram identificadas boas práticas que podem contribuir para o melhor desempenho do Programa, onde se destacam:

- As atividades pedagógicas do equipamento de fixação Bairro do Recife dispõem de uma programação de atividades diárias – como oficinas de percussão e de pintura – fazendo com que as crianças não fiquem ociosas, o que torna tal equipamento muito mais atraente para os beneficiários;
- Com relação ao contato com a família do beneficiário no espaço de atração Recifazer, mensalmente, as famílias são convidadas a irem ao equipamento para participarem das atividades e interajam com as crianças e adolescentes, favorecendo a aproximação das famílias com os seus filhos;
- A iniciativa dos municípios de Recife, Olinda, Jaboatão e Camaragibe, que em 22/03/2006, assinaram um termo de compromisso com o objetivo de promover a integração da Região Metropolitana do Recife – RMR, nas ações de atenção integral e garantir o direito à convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes em situação de rua e risco social e pessoal nesses quatro municípios.

## O que pode ser feito para melhorar o desempenho do Programa

Visando a contribuir para a melhoria do desempenho do Programa Travessia, foram formuladas algumas recomendações:

Ao IASC que:

1. Crie mecanismos de controle de qualidade da alimentação disponibilizada pelo Recicriar, especialmente quanto ao sabor e à variedade dos cardápios (com a inclusão de frutas, verduras e legumes);
2. Crie alternativas para que as necessidades de vestuário dos beneficiários sejam supridas de forma sistemática;
3. Avalie se a estrutura física existente nos equipamentos é compatível com as atividades a serem desenvolvidas, definidas em proposta psicopedagógica, de acordo com os perfis dos beneficiários e proceder aos ajustes necessários;
4. Estructure o setor responsável pela manutenção dos espaços de atração e acolhida para que este atenda de forma eficiente as necessidades dessas unidades;
5. Intensifique as ações de valorização da relação entre criança e adolescente e os equipamentos, objetivando diminuir a depredação;
6. Realize levantamento das necessidades de veículos em cada uma das atividades do Programa Travessia e que seja disponibilizado transporte em condições satisfatórias de uso e na frequência necessária a atender às necessidades dos equipamentos, dos Educadores Sociais de Rua e da coordenação pedagógica;
7. Realize diagnóstico das necessidades de Educadores Sociais de Rua em cada RPA, de forma que esta quantidade seja redimensionada e atenda de forma mais eficiente às demandas do público alvo do programa;
8. Supra os equipamentos de material de apoio pedagógico em quantidade e variedade suficientes, e com regularidade, para que a proposta pedagógica e o planejamento para sua execução sejam possíveis de serem cumpridos;
9. Elabore e implemente uma proposta psicopedagógica de acordo com o perfil de cada um dos equipamentos, possibilitando que os mesmos passem a dispor de uma programação de atividades diárias que trabalhem o resgate da auto-estima e da cidadania dos beneficiários;

10. Verifique a existência de condições de trabalho suficientes para os ESR desenvolverem suas atividades de forma a atrair mais crianças e adolescentes de rua para os espaços seguros, além de adequar os espaços de atração e acolhida temporária para torná-los atraentes ao público alvo a que se destinam, visando à permanência dos mesmos nos equipamentos;
11. Estruture o setor de transportes de forma que não haja indisponibilidade de veículos para a realização periódica de visitas de monitoramento e sensibilização às famílias dos beneficiários;
12. Estruture o quadro de psicólogos e assistentes sociais em número suficiente para a realização das referidas visitas;
13. Desenvolva ações no sentido de inserir os beneficiários em outros programas sociais, em cursos profissionalizantes e de oferecer-lhes orientação psicológica para garantir a efetividade das reinserções, evitando o retorno à situação de rua;
14. Promova mecanismos de monitoramento das crianças e adolescentes reintegradas às famílias com o objetivo de impedir que haja um retorno dos mesmos à situação de rua e risco;
15. Intensifique as ações de divulgação do Travessia e de conscientização da sociedade acerca do problema da população de rua no Recife, estimulando a realização de doações sistemáticas nas comunidades, em ONGs ou no próprio IASC, bem como a criação de mecanismos de prestação de contas à sociedade das doações recebidas;
16. Adote indicadores de desempenho para o gerenciamento do Programa Travessia;
17. Realize uma avaliação das necessidades de comunicação enfrentadas pelos ESR e crie formas de superá-las;
18. Proceda a um diagnóstico da situação das unidades que não foram objeto desta auditoria aplicando, no que couber, as recomendações deste relatório.

À Prefeitura da Cidade do Recife – PCR que:

1. Fortaleça a articulação com os demais municípios da RMR, em especial quanto à implementação das ações previstas no Termo de Compromisso datado de 22/03/2006, assinado pelas prefeituras do Recife, Olinda, Jaboatão e Camaragibe;
2. Intensifique a articulação entre suas secretarias e o IASC, bem como com o Governo do Estado, para criar procedimentos padronizados de encaminhamento e controle das diferentes demandas, cientificando e

orientando todos os responsáveis dos equipamentos, a fim de otimizar as ações do Programa Travessia, como por exemplo, nas seguintes situações detectadas:

- a) articulação entre o Programa Travessia e a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco – SDS-PE e demais entidades responsáveis pela emissão de documentos oficiais, de forma a garantir a celeridade e a gratuidade desse processo;
  - b) padronização dos encaminhamentos para atendimento psiquiátrico, de drogas e de alcoolismo, de forma tempestiva, dos familiares e adolescentes atendidos pelo Programa Travessia, a fim de favorecer a reintegração familiar.
3. Formalize o Programa Travessia, com definição clara dos seus objetivos, metas e responsabilidades de forma a facilitar seu gerenciamento e o controle contribuindo para a transparência da gestão.

### **Benefícios da implementação das recomendações do TCE-PE**

Os benefícios esperados resultantes do cumprimento das recomendações propostas pelo TCE-PE são os expostos a seguir:

- Melhoria da qualidade da alimentação fornecida pelo Recicriar, sendo mais um estímulo para a permanência dos beneficiários no programa;
- Melhoria na realização de atividades recreativas e pedagógicas e no atendimento individual dos beneficiários, e diminuição da evasão, contribuindo para a reintegração das crianças e adolescentes;
- Superação da deficiência de transporte para a realização de atividades rotineiras e essenciais para a efetividade do programa;
- Disponibilização nos equipamentos de atração e de acolhida do Travessia de material pedagógico que permita a realização de atividades pedagógicas regulares para o resgate da auto-estima e da motivação dessas crianças e adolescentes, facilitando sua reintegração à sociedade;
- Aumento da atratividade dos equipamentos de forma que as crianças e adolescentes sintam-se motivadas a neles ingressarem e ali

permanecerem, bem como dotar os equipamentos de condições favoráveis a trabalhar o resgate da auto-estima e da cidadania, contribuindo para o processo de reintegração à família e à sociedade;

- Otimização dos recursos, atendendo a uma quantidade maior de crianças e adolescentes em situação de rua e risco;
- Sensibilização das famílias para que estas recebam de volta as crianças e adolescentes em situação de rua, numa maior quantidade de crianças e adolescentes reintegradas às famílias e à sociedade, bem como na diminuição do retorno das crianças e adolescentes reintegradas à anterior situação de rua;
- Avaliação da efetividade da reintegração das crianças e adolescentes e a adoção de medidas tempestivas com vistas a garantir o sucesso deste processo e conseqüentemente do programa;
- Diminuição do número de crianças e adolescentes de outros municípios nas ruas do Recife e atendidas pelo Programa Travessia, pois estes passariam a ser atendidos em seu próprio município;
- Fortalecimento das ações do Programa Travessia através da participação da sociedade.

### Decisão do TC nº 1394/06

PROCESSO T.C. Nº 0601335-1

AUDITORIA ESPECIAL DE NATUREZA OPERACIONAL

INTERESSADA: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

ADVOGADO:

RELATOR: AUDITOR RUY RICARDO W. HARTEN JÚNIOR,  
CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO T.C. Nº 1394/06

Decidiu a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 30 de outubro de 2006,

CONSIDERANDO o Relatório Preliminar Consolidado sobre o Programa Travessia, às fls. 143 a 205 dos autos;

CONSIDERANDO que a auditoria operacional, consubstanciada no processo sob análise, levou em consideração os princípios da economicidade, eficiência, eficácia e equidade, devendo seus resultados ser acompanhados através de monitoramento das recomendações e

cronograma, que deverá ser apresentado posteriormente pelos gestores do programa;

CONSIDERANDO os comentários do Gestor do Programa Travessia do IASC - Prefeitura da Cidade de Recife, às fls. 41 a 142 dos autos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, nos artigos 70 e 71, inciso IV, combinados com o artigo 75, e a Constituição Estadual, nos artigos 29 e 30, estabelecem a fiscalização operacional da administração pública, nos aspectos da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão pública;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 2º, incisos XVI e XVII, 3º, 13, § 2º, 40, alínea “c”, e 59, inciso II, da Lei Estadual nº 12.600/04 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco), e o disposto no artigo 85, inciso II, alínea “c”, do Regimento Interno deste Tribunal, e, ainda, o disposto na Resolução TC nº 02/2005, Julgar REGULAR, COM RESSALVAS, a documentação relativa à presente Auditoria Especial.

Ainda, fazer as seguintes determinações:

#### **Ao Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC:**

- Criar mecanismos de controle de qualidade da alimentação disponibilizada pelo Recicriar, especialmente quanto ao sabor e à variedade dos cardápios (com a inclusão de frutas, verduras e legumes);
- Criar alternativas para que as necessidades de vestuário dos beneficiários sejam supridas de forma sistemática;
- Avaliar se a estrutura física existente nos equipamentos é compatível com as atividades a serem desenvolvidas, definidas em proposta pedagógica, de acordo com os perfis dos beneficiários, e proceder aos ajustes necessários;
- Estruturar o setor responsável pela manutenção dos espaços de atração e acolhida para que estes atendam de forma eficiente as necessidades dessas unidades;
- Intensificar as ações de valorização da relação criança e adolescente e espaços dos equipamentos, objetivando diminuir a depreciação;
- Realizar levantamento das necessidades de veículos em cada uma das atividades do Programa Travessia e que seja disponibilizado transporte em condições satisfatórias de uso e na frequência necessária a atender às necessidades dos equipamentos, dos Educadores Sociais de Rua e da coordenação pedagógica;
- Realizar diagnóstico das necessidades de Educadores Sociais de Rua em cada RPA, de forma que esta quantidade seja redimensionada e atenda de forma mais eficiente às demandas do público alvo do programa;

- Suprir os equipamentos de material de apoio pedagógico em quantidade e variedade suficientes, e com regularidade, para que a proposta pedagógica e o planejamento para sua execução sejam possíveis de serem cumpridos;
- Elaborar e implementar uma proposta psicopedagógica de acordo com o perfil de cada um dos equipamentos, possibilitando que os mesmos passem a dispor de uma programação de atividades diárias que trabalhem o resgate da auto-estima e da cidadania dos beneficiários;
- Verificar a existência de condições de trabalho suficientes para os ESR desenvolverem suas atividades de forma a atrair mais crianças e adolescentes de rua para os espaços seguros, além de adequar os espaços de atração e acolhida temporária para torná-los atraentes ao público-alvo a que se destinam, visando à permanência dos mesmos nos equipamentos;
- Estruturar o setor de transportes de forma que não haja indisponibilidade de veículos para a realização periódica de visitas de monitoramento e sensibilização às famílias dos beneficiários;
- Estruturar o quadro de psicólogos e assistentes sociais em número suficiente para a realização das referidas visitas;
- Desenvolver ações no sentido de inserir os beneficiários em outros programas sociais, em cursos profissionalizantes e de oferecer-lhes orientação psicológica para garantir a efetividade das reinserções, evitando o retorno à situação de rua;
- Promover mecanismos de monitoramento das crianças e adolescentes reintegradas às famílias com o objetivo de impedir que haja um retorno dos mesmos à situação de rua e risco;
- Intensificar as ações de divulgação do Travessia e de conscientização da sociedade acerca do problema da população de rua no Recife, estimulando a realização de doações sistemáticas nas comunidades, em ONGs ou no próprio IASC, bem como a criação de mecanismos de prestação de contas à sociedade das doações recebidas;
- Implantar indicadores de desempenho para o gerenciamento do Programa Travessia;
- Realizar uma avaliação das necessidades de comunicação enfrentadas pelos ESR e criar formas de superá-las;
- Proceder a um diagnóstico da situação das unidades que não foram objeto desta auditoria aplicando, no que couber, as recomendações desta Decisão.

**À Prefeitura da Cidade do Recife - PCR:**

- Fortalecer a articulação com os demais municípios da RMR, em especial quanto à implementação das ações previstas no Termo de Compromisso datado de 22/03/2006, assinado pelas Prefeituras do Recife, Olinda, Jaboatão e Camaragibe;
- Intensificar a articulação entre suas secretarias e o IASC, bem como com o Governo do Estado, para criar procedimentos padronizados de encaminhamento e controle das diferentes demandas, cientificando e orientando todos os responsáveis dos equipamentos, a fim de otimizar as ações do Programa Travessia;
- Formalizar o Programa Travessia, com definição clara dos seus objetivos, metas e responsabilidades, de forma a facilitar seu gerenciamento e o controle, contribuindo para a transparência da gestão.

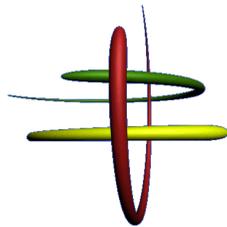
Por fim, determinar:

**Ao Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC:**

- Que remeta a este Tribunal de Contas, no prazo de 60 (sessenta dias), plano de ação contendo o cronograma para implementar as recomendações prolatadas, com o nome dos responsáveis pela adoção dessas medidas, conforme Resolução TC nº 02/2005.

**À Diretoria de Plenário deste Tribunal:**

- Que encaminhe cópias da decisão e do Relatório Consolidado de Auditoria ao Instituto de Assistência Social e Cidadania da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Recife;
- Que encaminhe os autos à Coordenadoria de Controle Externo para a realização do primeiro monitoramento;
- Que encaminhe cópia desta Decisão ao Departamento de Controle Estadual para subsidiar o julgamento da Prestação ou Tomada de Contas, na forma dos artigos 6º e 8º da Resolução TC nº 014/2004.



**Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**  
Rua da Aurora, 885 - Boa Vista  
CEP: 50.050-910, Recife - PE, Fone: (81) 3413-7600

Visite nossa página no endereço eletrônico:

<http://www.tce.pe.gov.br>

Entre em contato com o TCE-PE pelos correios eletrônicos:

[ouvidoria@tce.pe.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.pe.gov.br) ou [anop@tce.pe.gov.br](mailto:anop@tce.pe.gov.br)

Encontre este resumo e o relatório na íntegra desta avaliação no endereço eletrônico:

<http://www.tce.pe.gov.br/anop/auditorias.htm>